

# PRESSÃO CONTRA ALTA DE JUROS

Começa ataque ao Banco Central. Objetivo é manter taxa básica em 13,75% ao ano

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério da Fazenda e o Banco Central decidiram antecipar o debate em torno da política de juros, apesar de a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) estar marcada para os dias 28 e 29 de outubro. Desde anteontem, quando o BC anunciou a liberação de R\$ 13,2 bilhões em depósitos compulsórios para socorrer bancos em dificuldades e evitar a escassez de crédito por causa da crise internacional, assessores do ministro Guido Mantega começaram a difundir a visão de que não há mais necessidade de o Comitê de Política Monetária continuar elevando a taxa básica (Selic), que saltou de 11,25% para 13,75% ao ano entre abril e setembro.

No BC, o contra-ataque foi imediato. E os técnicos da instituição trataram de explicar que as mexidas nos compulsórios, assim como a venda de US\$ 500 milhões na sexta-feira passada, tiveram como objetivo resolver problemas de liquidez do mercado e em nada afetam a política monetária. "Com esse debate, a Fazenda antecipou em um mês a tensão pré-Copom", disse um dos técnicos do BC.

Na visão de Mantega e de seus assessores, ao injetar tanto dinheiro no mercado, o Banco Central mostrou que há problemas no crédito e que, daqui por diante, os financiamentos a empresas e, sobretudo, os empréstimos a pessoas físicas vão ficar mais seletivos e caros. Como o crédito

tem sido uma das principais alavancas para o forte crescimento econômico do país, isso significa dizer que o consumo diminuirá um pouco, reduzindo as pressões sobre a inflação.

Para a Fazenda, com esse cenário de crédito mais difícil e de desaceleração da economia já contratado para 2009, não há porque o BC pesar demais a mão sobre os juros, pois a esperada redução do ritmo de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) poderá ser ainda maior. "Não temos dúvidas de que o tamanho da queda do crescimento do país no ano que vem, se de um, dois ou três pontos percentuais, será determinado pelas taxas de juros", afirmou um assessor de Mantega.

O BC reconhece que há fatores jogando a favor da inflação e, portanto, de uma política monetária menos restritiva. Há três meses consecutivos, os índices de preços ao consumidor estão em queda consistente. O problema, na visão dos técnicos do banco, é que os núcleos da inflação, que descontam as maiores baixas e a maiores altas de preços, estão na casa de 0,5%, taxa que, quando anualizada, chega a 6%, superando de longe o centro da meta, de 4,5%, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Além disso, o mercado de trabalho está aquecido, como mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o índice de desemprego recuando para 7,6% em agosto, o menor desde 2002, e a renda subindo. Com mais dinheiro, os trabalhadores bancam os aumentos de preços, ou seja, mais inflação.

Marcello Casal Jr./ABr - 19/6/08



MANTEGA, MINISTRO DA FAZENDA, É UM DOS ECONOMISTAS FAVORÁVEIS AO FIM DO CICLO DE JUROS ALTOS

## Trabalho sujo

Dois dos maiores especialistas em inflação do país, Elson Teles, economista-chefe da Concórdia Corretora, e Carlos Thadeu Filho, economista-chefe da SLW Asset Management, reconhecem que tanto a Fazenda quanto o BC têm argumentos consistentes para justificar suas posições. Mas ressaltam que o

processo de alta da Selic está próximo do fim e que o crescimento do PIB em 2009 não passará de 3,5% ante as previsões de 5% para este ano. "Os juros vão subir mais 0,5 ponto percentual em outubro e só", disse Thadeu.

Teles acrescentou: "A alta de 0,5 ponto em outubro já está dada. Em dezembro, tudo vai depender do que ocorrer com a

inflação e com a crise externa, que vai derrubar o crescimento do mundo, com reflexos no Brasil". Ele destacou que não há a menor possibilidade de o aumento dos juros entrar por 2009, chegando até 15,25% ao ano, como previam alguns analistas. "A crise fará parte do papel sujo do BC, ao restringir o crédito e esfriar o consumo", frisou Teles.

## EFEITOS NO BRASIL

As incertezas relacionadas à crise financeira mundial devem levar à suspensão de decisões de novos investimentos no Brasil por um período, mas com manutenção dos que já estão em execução, prevê o coordenador do Grupo de Análise e Previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Nonnenberg. "Esperamos que as decisões de novos investimentos sejam suspensas até o cenário ficar mais claro", afirmou. "Ainda não se descortina o fim da crise", disse o economista, na divulgação da Carta de Conjuntura Ipea de setembro.

Segundo Nonnenberg, o primeiro efeito da crise está sendo no câmbio. "Vamos ter efeito de desaceleração da economia", disse. Ele argumentou que tanto a desaceleração da economia mundial quanto a redução dos preços das commodities devem ter impacto negativo sobre as exportações brasileiras. No entanto, não houve até agora efeito sobre as exportações e Nonnenberg avalia que só a partir do ano que vem esses efeitos serão sentidos, inclusive em função de contratos já firmados com preços fixados para a exportação de commodities.

"Outro efeito que está aparecendo é a interrupção dos fluxos internacionais de crédito", comentou. Ele lembrou que as empresas estrangeiras remeteram mais lucros e dividendos para o exterior e saíram investimentos da Bolsa de Valores de São Paulo.